

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um embalo para acordos

A pesquisa Datafolha que aponta uma vantagem de 21 pontos para Lula e o desenho de um cenário em que, pela primeira vez, o PT pode vencer uma eleição no primeiro turno, servirá de ferramenta para a busca de acordos nos estados. Inclusive em São Paulo.

Nem tanto

O pré-candidato do PSB a governador Márcio França, um exímio leitor de pesquisas, considera que pode ajudar a consolidar um quadro de primeiro turno, caso seja o candidato.

Lula interfere na bancada

Interessado em tirar do governo o protagonismo de qualquer iniciativa que ajude a baixar os preços dos combustíveis, o ex-presidente Lula entrou em campo para levar a bancada petista a votar favoravelmente à proposta de limitação do ICMS para o setor. “Não dá para votar contra um projeto desses”, disse Lula.

PT quer surfar

O PT vai explorar a declaração do presidente Jair Bolsonaro, contrária à compensação aos estados que perderem arrecadação, como um freio do próprio governo em iniciativas para tentar baixar o preço dos combustíveis. O chefe do Executivo não disse, porém, que vetará, apenas comentou e afirmou que ouvirá a equipe econômica antes de tomar qualquer decisão. Daqui para a frente, tudo terá um viés eleitoral, seja para o bem, seja para o mal. E cada um terá a sua versão das declarações dos pré-candidatos.

O aviso dos caminhoneiros aos congressistas

Enquanto a Câmara debatia o projeto de ICMS dos combustíveis, o líder dos caminhoneiros, Wallace Landim, o Chorão, foi até o Parlamento e deu o seguinte aviso: “Essa questão do ICMS é um paliativo, ajuda, mas não resolve o problema, porque, mesmo baixando o valor do imposto, vem o aumento e acaba ficando o mesmo preço na bomba. Isso afeta a categoria e a gôndola do mercado. Não estamos aguentando mais. Vamos parar”, disse à coluna, depois de um périplo junto aos principais líderes partidários, aos quais esse recado foi dado com todas as letras.

O aviso ajudou na mobilização para aprovar o texto do limite de 17% ao ICMS, que é considerado “melhor do que nada”, mas não foi suficiente para convencer todos os atores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, vai conversar, primeiro, com governadores e secretários de Fazenda, antes de colocar a matéria em votação; e o presidente Jair Bolsonaro disse que “não tem cabimento” dar compensação aos estados para eventuais quedas de arrecadação. Se nada for feito para reduzir o preço, os caminhoneiros vão apimentar a largada da campanha eleitoral.



CURTIDAS

Arruda, a volta/ A decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, de reconhecer a competência da Justiça Eleitoral para julgar os processos contra o ex-governador José Roberto Arruda balança os acordos políticos no DF. Até o fim de julho, quando começam as convenções para a escolha de candidatos, todos vão trabalhar com um olho na pré-campanha e outro na Justiça Eleitoral. Os aliados do ex-governador têm esperanças de que ele possa concorrer às eleições deste ano.

Usa aí, vai/ O deputado Daniel Silveira (foto), do PTB-RJ, foi aconselhado por advogados amigos a usar a tornozeleira eletrônica, a fim de evitar novas multas. Até aqui, já são mais de R\$ 600 mil, e ele não tem recursos para pagar. Nesse ritmo, em vez de vaquinha para financiar a campanha, terá de buscar recursos entre os apoiadores para pagar as dívidas com a Justiça.

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



O perigo para ACM Neto/ O ex-prefeito de Salvador ACM Neto fará tudo o que estiver ao seu alcance para deixar a sucessão presidencial fora da Bahia. Só tem um probleminha: os petistas contam com Lula para alavancar o candidato do partido, Jerônimo Rodrigues. E Jair Bolsonaro, hoje, tem o deputado João Roma (PL), seu ex-ministro da Cidadania, como candidato a governador.

Assim, vai ficar aqui/ Conhecido, também, pelos quitutes mineiros que sempre leva para a Câmara às quartas-feiras, o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) animou a tarde de votações, esta semana, ao levar quibes e linguiça para o cafezinho do plenário. À mesa, um deputado comentou baixinho: “Os lanches do Fabinho vão fazer com que ele não ganhe a disputa para ministro do Tribunal de Contas da União. A turma não vai querer que ele saia da Câmara”.

ELEIÇÕES

Lula confirma aliança em Minas

Petista apoiará a candidatura do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil ao governo do estado, segundo maior colégio eleitoral do país

» VICTOR CORREIA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) selou, ontem, a aliança com o PSD mineiro, liderado pelo ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, que concorre ao governo do estado. O acordo havia sido divulgado na quinta-feira da semana passada, mas os dois partidos ainda estavam acertando os detalhes da parceria.

“Juntos, vamos trabalhar pela vitória em Minas e no Brasil para que nosso povo volte a ter esperança numa vida com dignidade e direitos, com emprego e renda, com desenvolvimento e justiça social, num país soberano e democrático”, afirmou Lula, em nota divulgada ontem. Kalil, por sua vez, afirmou, nas redes sociais, que “com o presidente Lula, vamos tirar Minas do buraco”.

A reunião ocorreu em São

Paulo. Estavam presentes, ainda, o presidente do PT em Minas Gerais, Cristiano Silveira; e o líder do PT na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes. A partir de agora, a campanha mineira será coordenada pelo parlamentar e pelo deputado estadual Agostinho Patrus (PSD), presidente da Assembleia Legislativa.

Para selar o acordo, o PT teve de desistir da candidatura de Reginaldo Lopes ao Senado para apoiar o pré-candidato do PSD, o senador Alexandre Silveira. Em contrapartida, a vaga a vice-governador foi cedida de Patrus para o deputado estadual André Quintão (PT).

Nas redes, Lopes comemorou o acerto. “A aliança entre Lula e Kalil representa um momento político de união. O povo mineiro e brasileiro precisa voltar a ser respeitado e merecer uma vida digna, com direitos, emprego, renda e justiça

social”, ressaltou o deputado.

Para Kalil, o acordo pode alavancar a pré-candidatura a gestor de Minas. Pesquisa Genial/Quaest, divulgada em 13 de maio, mostra o atual governador Romeu Zema (Novo) na liderança, com 41% das intenções de voto, seguido do ex-prefeito, com 30%. Porém, com o nome associado a Lula, o mesmo levantamento aponta que Kalil pode atingir até 42%.

Também de olho em Minas Gerais — o segundo maior colégio eleitoral do país —, o presidente Jair Bolsonaro (PL) busca o apoio de Zema. Ontem à noite, ele esteve em Belo Horizonte e participou, ao lado do governador, da posse do presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe. Zema é um importante aliado do chefe do Executivo, mas, até o momento, apoia o pré-candidato de seu partido, Felipe d’Ávila.

Ricardo Stuckert



Lula com Kalil: “Vamos trabalhar pela vitória em Minas e no Brasil para que nosso povo volte a ter esperança”

Projeto no Congresso pode esvaziar Justiça Eleitoral, diz Fachin

» LUANA PATRIOLINO

Preocupado com as eleições de outubro, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, encaminhou um ofício ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no qual aponta que as mudanças no Projeto do Código Eleitoral, em tramitação no Senado, podem levar ao “esvaziamento” da Justiça Eleitoral.

A proposta, aprovada pela Câmara no ano passado, prevê a reformulação de toda a legislação partidária e eleitoral, além de revogar leis vigentes — entre as quais o Código Eleitoral e a Lei

de Inelegibilidade — e unificação das regras. Ao todo, são 898 artigos que dispõem, também, sobre pesquisas eleitorais, divulgação de fake news com o objetivo de afetar o pleito e outras atribuições.

O que tem causado preocupação em Fachin são os trechos que impõem limitações ao TSE. No documento entregue ao Senado, o ministro indica quatro pontos que considera mais problemáticos: a possibilidade de revogação de resoluções do TSE pelo Congresso; o dispositivo que altera os processos de prestação de contas, retirando da Corte a análise de documentos e transferindo para empresas privadas

de consultoria; a não previsão de um intervalo entre a publicação no Diário Oficial da União e a entrada em vigor do novo Código Eleitoral; e o fato de o calendário eleitoral estar em curso.

“Sustenta-se, com o devido respeito, que a redação atual da proposta legislativa encerra comprometimento insofismável das competências da Justiça Eleitoral, que desafiam exame verticalizado sobre a possibilidade de fragilização da segurança jurídica e de eventual esvaziamento material das atribuições dessa Justiça Especializada”, diz Fachin no documento.

O magistrado ainda recomenda que a lei não passe a valer

imediatamente, mas, sim, a partir de 2023, para “prevenir a incerteza jurídica quanto à extensão de sua imediata eficácia”.

“A Justiça Eleitoral afirma, incansavelmente, que o conhecimento prévio das regras do jogo eleitoral — e a manutenção desse regimento durante todo o processo eleitoral — é uma garantia a todos os atores políticos e a toda a sociedade brasileira”, destacou.

Rodrigo Pacheco, por sua vez, disse que o Senado está aberto às sugestões do TSE, das instituições e da sociedade civil a respeito do projeto. “Por certo, elas enriquecerão o debate do tema, que será decidido de forma livre

e autônoma pela consciência e vontade dos senadores e senadoras”, escreveu no Twitter.

A proposta está sob relatoria do senador Alexandre Silveira (PSD-MG), que participou, nesta semana, de uma reunião com representantes dos institutos de pesquisa do Brasil e de principais especialistas da área.

O parlamentar pode modificar um ponto do texto que dispõe sobre pesquisas eleitorais. Um dos artigos determina que a divulgação de intenção de voto pode ocorrer apenas até a antevéspera do pleito. Pelas regras vigentes, elas podem ser publicadas até mesmo no dia da votação.



Sustenta-se, com o devido respeito, que a redação atual da proposta legislativa encerra comprometimento insofismável das competências da Justiça Eleitoral”

Trecho do ofício de Fachin a Pacheco